

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO N° , 2013

Requer a realização de Audiência Pública convidando os Senhores Governadores dos Estados e do Distrito Federal para que possamos ouvi-los nos seus pleitos, visando à busca de estratégias e soluções mais eficazes e imediatas para assegurar o cumprimento do piso salarial dos professores brasileiros.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Sessão de Audiência Pública da Comissão de Educação convidando os Senhores Governadores dos Estados e do Distrito Federal para que possamos ouvi-los nos seus pleitos, visando à busca de estratégias e soluções mais eficazes e imediatas para assegurar o cumprimento do piso salarial dos professores brasileiros.

Justificativa

Outubro de 2013 transcorre com alguns fatos que colocam em cena o financiamento da educação pública no Brasil. No Poder Legislativo, pelo menos quatro notícias são relevantes: a iminente aprovação do Plano Nacional de

Educação, com três anos de tramitação, prevendo se chegar ao investimento de 10% do PIB no setor; a entrada em vigor de uma fonte nova e simbólica de recursos, provindos dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal; a discussão sobre a meta de atualização do valor do Piso Salarial Nacional e pela disposição de o MEC contribuir para as folhas de pagamento do magistério estadual e municipal; e uma mobilização de governadores, propondo uma rediscussão do piso salarial dos professores, considerando os fortes impactos nas folhas de pagamento dos estados.

Para coordenar essas e outras iniciativas, além da Subcomissão Permanente sobre Financiamento da Educação da Câmara dos Deputados, agora sob a minha presidência, instalou-se no Senado Comissão Especial sobre o mesmo tema, sob presidência da Senadora Ângela Portela, com o prazo de 90 dias, a contar de 1º de outubro, para ser apresentado relatório no qual serão indicadas novas fontes e novas estratégias de investimento que garantam a universalização e a qualidade da educação básica e superior pública.

Incumbe a todos os gestores nas três esferas administrativas e a nós parlamentares encontrarmos saídas. Isso não é tarefa somente das duas comissões do Congresso Nacional. Sem isso, certamente se aprofundará a crise do financiamento da educação pública. Daí a extrema responsabilidade das duas Comissões, na Câmara e no Senado.

Por isso, esperamos que Vossas Excelências aprovem o requerimento convidando os Senhores Governadores dos Estados visando assegurar o imediato cumprimento do piso salarial dos professores brasileiros.

Sala das Comissões, 22 de Outubro de 2013

IARA BERNARDI
Deputada PT/SP